

## **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A (RE)PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO NA VISÃO DE HENRI LEFEBVRE E LEWIS MUMFORD**

Prof. Dr. Reginaldo Magalhães de Almeida

Universidade FUMEC - Email: [ralmeida@fumec.br](mailto:ralmeida@fumec.br)

### **1. INTRODUÇÃO**

Diversos autores, como Leonardo Benevolo (1963/1994, 1960/1998) e Françoise Choay (1965/1998, 1970), que estudaram profundamente as cidades, revelam que estas, sobre a influência da industrialização, principalmente a partir de meados do século XIX, ampliaram a sua atratividade, como uma construção destinada ao desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que, em seu espaço, conformaram uma série de problemas urbanos, como a poluição, os déficits habitacionais e de infraestrutura, os congestionamentos nos sistemas de transportes e, fundamentalmente, as enormes desigualdades socioespaciais. Esses problemas que acompanham o processo de produção e reprodução urbana, ainda hoje, são comuns às grandes cidades no mundo capitalista e, particularmente, nos países da América Latina.

O escritor Lewis Mumford (1895-1990), que nasceu e viveu em New York, foi professor de ciências humanas e planejamento urbano e regional em várias universidades americanas e em diversos países do mundo e dedicou seus estudos em revelar as consequências do uso da tecnologia pela sociedade urbana e a consequente desumanização das cidades (MILLER, 1982). O autor revelou que seu pensamento fora inspirado pelas palestras e publicações do biólogo e planejador urbano Patrick Gueddes (1854-1932), principalmente o livro “Cities in Evolution - An introduction to the town planning movement and to the study of civics” (GEDDES, 1915). Em “A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas” publicado por no início da década de 1960, Mumford delatou como a materialidade da produção capitalista do espaço era causa determinante, não só das mudanças na cidade dos séculos XIX e XX, como também de grande parte dos problemas urbanos (MUMFORD, 1961/1998). Por sua vez, o estudioso do planejamento Peter Hall (1988/2011) revela que, a partir da década de 1970, houve uma explosão de literaturas inspiradas na teoria marxista sobre o crescimento e as transformações urbanas que avançaram, principalmente, para além da materialidade da produção capitalista do espaço. Nesses estudos,

realizados por autores como o francês Henri Lefebvre (1895-1990), desenvolveu-se todo um arcabouço de críticas acerca do modo capitalista de produção e os reflexos dessa produção no espaço urbano contemporâneo, percebidos, dentre outros, em expansões urbanas que incrementam as desigualdades socioespaciais. O autor denomina esse espaço, direcionado para a produção e para o consumo, construído de acordo com a lógica do capital e que se tornou dominante na cidade, como o espaço abstrato. A análise crítica desse espaço, na visão do autor, é fundamental para a compreensão do mundo contemporâneo (LEFEBVRE, 1974/1991c).

Lefebvre publica, em 1974, o livro “A Produção do Espaço”, uma de suas obras mais significativas do período quando se dedicou à reflexão do urbano. Logo nas primeiras páginas do livro, o autor revela o espaço como uma criação da sociedade, que envolve as relações sociais e de produção (LEFEBVRE, 1974/1991c). A produção ou seu modo, segundo o autor, “[...] organiza, produz, ao mesmo tempo em que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo) [...] projeta sobre o terreno estas relações [...], e a sociedade se apropria do espaço” (LEFEBVRE 1974/2000, p. 12, tradução do autor<sup>1</sup>). Segundo o professor e sociólogo José Martins de Souza, Lefebvre “[...] busca prolongar o pensamento de Marx e desenvolvê-lo em função do que há de novo depois de um século no mundo moderno” (MARTINS, 1996, p. 13). Lefebvre, entre os anos 1930 e 1950, como membro do Partido Comunista Francês (PCF), desenvolveu uma atuação cercada de controvérsias culminando com sua expulsão do PCF, em 1958, e a rejeição de seus livros e ideias pelos comunistas.

A concepção sobre a produção do espaço, que marca a trajetória de Lefebvre, consiste no deslocamento do enfoque eminentemente da acumulação marxista para um sentido de construção do mundo, das relações sociais e da respectiva reprodução, como a manutenção e a ampliação ainda maiores dessa construção. Desse modo, a noção de produção do espaço apresentada permite também concebê-lo como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, que o utiliza, para atender às suas necessidades, seus desejos e para a sua própria sobrevivência.

Este trabalho procura descortinar similaridades do pensamento de Lefebvre com outros autores que desenvolveram importantes cartografias sobre o processo de expansão das cidades e que constituíram a base de diversas disciplinas nos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil na segunda metade do século XX, como Mumford. Visa também ampliar a compreensão da lógica da (re)produção do espaço capitalista que dá origem, na visão

---

<sup>1</sup> [...] *arrange, produit, alors que certaines relations sociales, votre espace (et votre temps) [...] les projets sur le terrain ces relations [...], et la société s'approprie l'espace.*

lefebvriana, a um espaço fragmentado, homogêneo e hierarquizado, denominado pelo autor como o espaço abstrato.

## 2. A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE CAPITALISTA

Ao falar de produção do espaço, Lefebvre ressalta que o seu conceito encerra uma amplitude maior: “[...] quem diz produção diz também reprodução, ao mesmo tempo, física e social: reprodução do modo de vida” (LEFEBVRE, 1973/2008, p. 45). E avançando em sua argumentação, o autor afirma que, “Não se refere apenas a questão econômica, mas a [...] produção de coisas (produtos) e de obras, de ideias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdades” (LEFEBVRE, 1975/1999b, p.37).

Posteriormente, ao aprofundar a discussão sobre a sociedade contemporânea, Lefebvre (1974/1991c) agrega uma dimensão política ao conceito de espaço, ou seja, o espaço como instrumento intencionalmente manipulado, no qual a sua representação estivesse sempre a serviço de alguma estratégia vinculada à reprodução da força de trabalho. O espaço, para o autor, não é retratado apenas como uma estrutura física ou uma mercadoria, mas como um instrumento político, como parte das relações de produção e de propriedade e como um meio de expressão criativa e estética.

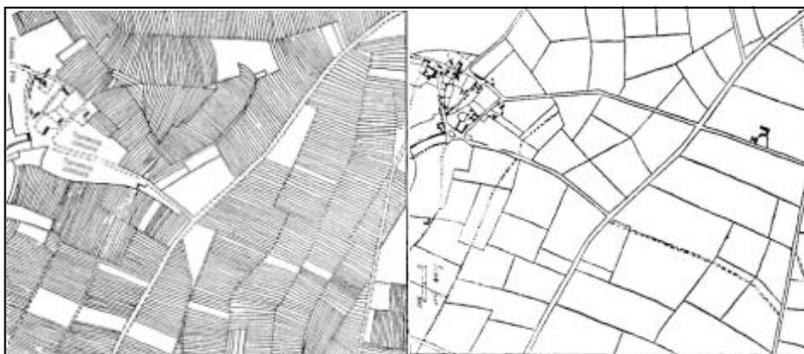
A professora e geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos, simpática ao pensamento lefebvriano, considera que o espaço aparece, para Lefebvre, como condição para a reprodução do capital, assegurada pelo Estado, que passa a controlar o espaço da cidade para dar justamente a sustentação a essa (re)produção (CARLOS, *et al.*, 2011). Para o também professor e geógrafo Edward William Soja, uma das grandes contribuições de Lefebvre refere-se à análise crítica da relação do espaço com “[...] os processos pelos quais o sistema capitalista como um todo consegue ampliar sua existência, através da manutenção de suas estruturas definidoras” (SOJA, 1989/1993, p.118).

Entende-se que, ao desvendar a história do espaço, Lefebvre (1975/1999b) revela que esse passou a ser fundamental para a produção e a reprodução do modo de produção da sociedade capitalista, para a manutenção de toda a estrutura necessária à sobrevivência e à ampliação do seu próprio domínio. Isto ocorreu em determinado momento da história, quando o processo de reprodução da sociedade, sob o comando do capital, passou a realizar-se na produção do espaço. Com relação a esse momento, há certo consenso entre os autores que desenvolveram notáveis estudos sobre as cidades na perspectiva histórica, como Leonardo Benevolo (1960/1998; 1963/1994), Mumford (1961/1998) e Françoise Choay (1965/1998,

1970). Eles viram que o desenvolvimento comercial e industrial do mundo, principalmente no período compreendido entre o século XIX e o início do século XX, provocou uma produção do espaço em ritmo e proporções que nunca havia ocorrido anteriormente.

Em um vasto trabalho, que resultou em artigos e publicações e que se tornou referência dos cursos de Arquitetura e das pesquisas sobre as cidades, Mumford demonstrou que, desde o avanço capitalista no mundo, os propósitos de produção foram alterados. Antes, para atender às necessidades humanas básicas; depois, para atender aos interesses do dinheiro. Esses interesses, como analisa Mumford (1961/1998, p. 451), “[...] progressivamente dominaram os interesses da terra, ao traçar e construir novos bairros da cidade” (FIG. 1).

Figura 1 - Entorno da aldeia de Balscott, Inglaterra, no final do século XVIII

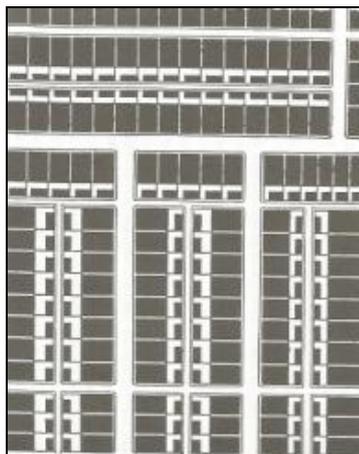


À esquerda, percebe-se a divisão das culturas ao longo do entorno da aldeia, e à direita, a mesma região, após o seu parcelamento em lotes.

Fonte: Benevolo (1963/1994, p.18-19), adaptado pelo autor, 2013.

Esse processo de produção criticado por Mumford (1961/1998) e por outros autores, como Benevolo (1963/1994) e Choay (1970), prosseguiu do século XVII em diante, em ritmo cada vez mais acelerado, destruindo muralhas e parcelando fazendas, ao longo do entorno das aglomerações urbanas. Em sua obra, Mumford (1961/1998) discorre sobre a relação entre a ascensão do capital e o processo de produção do espaço ocorrida no século XVII, até as primeiras décadas do século XX. A inserção da fábrica na cidade, o aumento do tráfego de veículos, a congestão de cortiços e a explosão dos subúrbios com a expansão da cidade, que ele denominou como “planta em grade”, são efeitos da relação entre o capital e a produção do espaço e são norteadores de argumentação negativa do autor a respeito da evolução das cidades (MUMFORD, 1961/1998, p. 455) (FIG. 2).

Figura 2 – “Planta em grade” de um bairro periférico inglês, no final do século XIX



Essa concepção, que se espalhou pela cidade industrial, foi criticada por autores como Mumford, como uma projeção da produção do capital no espaço, que rompia com a ordem tradicional e visava principalmente o lucro

Fonte: Mumford, 1961/1998, p. 455.

A partir do século XVII, para Mumford (1961/1998, p. 445), “[...] o estímulo à expansão urbana veio principalmente dos mercadores, dos financistas e dos senhores de terras, que serviam às suas necessidades”. O professor Roberto Monte-Mór consente com essa afirmativa, ao dizer que na cidade que surge no século XVII:

[...] O espaço da cidade organizado como locus privilegiado do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, legitimado como obra e regido pelo valor de uso coletivo, passa a ser privatizado e subordinado ao valor de troca. (MONTE-MÓR, 2006, p.8).

Essa subordinação ao valor de troca tornou as cidades extremamente atraentes para o capital. A cidade ficou, então, subordinada à lógica do capital e o espaço da cidade passava a atender às necessidades da produção. Segundo Carlos, Souza e Sposito (2011, p. 91), esse processo de produção, “[...] sob o capitalismo, transformou o espaço numa mercadoria (com conteúdos sensivelmente diversos daquele da terra no campo), auferindo-lhe valor”. O preço da terra passou a ser determinado pela capacidade de ganho que ela pudesse proporcionar ao seu proprietário. Embora, a princípio, não sejam resultados do trabalho socialmente despendido, o solo, um bem natural, e suas benfeitorias foram considerados mercadorias, cujos valores de troca foram estabelecidos a partir do valor de uso que apresentassem (LEFEBVRE, 1970/1999a).

Lefebvre (1968/1991a) revela, no final da década de 1960, que a industrialização promoveu a organização da cidade na direção do dinheiro, do comércio e das trocas, ocorrendo a generalização da mercadoria e o valor de troca passa a ser atribuído a tudo. Não

só as relações que existiam com as mercadorias são deturpadas, mas também as relações com a cidade, as relações sociais. O valor de troca passa a predominar na cidade e na realidade urbana, correspondendo à negação da cidade e de sua humanização. Isso para o autor não ocorre ao acaso, ou seja, a “*não-cidade*” relaciona-se a uma estratégia de classe que a utiliza para ter o domínio sobre ela. Anos mais tarde, ele afirmou:

O espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto ‘puramente’ formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia (LEFEBVRE, 1973/2008, p. 61-62 – grifo do autor).

Desse modo, pode-se entender que nas relações de produção capitalistas, destaca-se o processo de dominação do espaço por meio de estratégias. Ao considerar-se que a produção do espaço é resultado de um processo articulado de dominação marcado por aspectos econômicos, políticos e sociais, Lefebvre revela que o espaço é político e instrumental. Ele afirma que o espaço consiste em “[...] lugar e meio onde se desenvolvem estratégias, onde elas se enfrentam” (LEFEBVRE, 1973/2008, p. 172).

Na medida em que o mercado passava a ser o agente capaz de transformar o espaço em um território compartimentado em unidades dotadas de valor de troca, modificava-se, então, a finalidade essencial de uso do espaço urbano. Como mercadoria, a terra urbana passava a ser incluída no grupo que Lefebvre (1974/1991c) chamou de “novas raridades”, implicando em aumento da capacidade de ganho e no seu valor de troca para os proprietários.

Decididamente mobilizado pela valorização capitalista, o espaço passou a integrar as novas raridades. Se outrora o pão, os meios de subsistência eram raros, agora não [...] não obstante, as novas raridades, em torno das quais há luta intensa, emergem: água, o ar, a luz, o espaço. (LEFEBVRE, 1973/ 2008, p. 9 – grifo do autor).

Mais do que nunca, o espaço valorizado e intencionalmente tornado raro contribuirá para o avanço das forças capitalistas. Nesse sentido, Lefebvre alerta que “o capitalismo apossou-se do solo, do espaço [...] por se tratar de indústria nova, menos submetida aos entraves, saturações, dificuldades diversas que freiam as antigas indústrias” (1973/2008, p. 118).

Mumford (1961/1998), em seus estudos, demonstrou as implicações espaciais do processo de produção capitalista do espaço. Para o autor, o capitalismo, a partir do século XVII, “[...] trabalhou terrenos, quarteirões, ruas e avenidas como unidades abstratas destinadas à compra e à venda, desprezando os usos históricos, as condições topográficas ou as necessidades sociais”. (MUMFORD, 1961/1998, p.456). A unidade fundamental desse processo de produção, na visão do autor, não era mais a vizinhança ou o recinto fechado, mas o lote individual, cujo valor pôde ser medido em termos de frente, o que favorecia o retângulo com uma frente estreita, que proporcionava um mínimo de luz e de ventilação aos edifícios. Portanto, “[...] em princípios rigorosamente comerciais, a planta em grade respondia, como nenhuma outra planta, à mudança de valores, à acelerada expansão, à população que se multiplicava, exigências do regime capitalista” (MUMFORD, 1961/1998, p.459).

Se o capitalismo tendia a expandir os domínios do mercado e a transformar cada parte da cidade em um negócio, a mudança dos trabalhos manuais urbanos organizados para a produção mecânica em larga escala transformou as cidades industriais no que Mumford (1961/1998, p. 483) denominou como “sombrias colmeias”. O pessimismo do autor acentua-se quando ele avalia as características que eram comuns nas cidades da época: “Quarteirão a quarteirão, são as mesmas ruas tristes, os becos soturnos e cheios de lixo, a mesma ausência de espaços abertos para as crianças [...] as janelas são estreitas; a luz interior insuficiente” (MUMFORD, 1961/998, p.503).

Os clássicos textos sobre a cidade de Manchester na década de 1830, do filósofo alemão Engels, referência para as críticas de Mumford e Lefebvre, afirmam que as condições insalubres acabaram se propagando, inclusive para os bolsões elitizados da burguesia:

[...] as ruas, mesmo as melhores, são estreitas e tortuosas, as casas sujas, velhas, em ruínas, e o aspecto das ruas laterais é absolutamente horrível [...]; são os restos da velha Manchester pré-industrial, cujos antigos habitantes se transferiram com seus descendentes, para bairros melhor construídos, deixando as casas que se tinham tornado para eles demasiadamente miseráveis [...]; Mas isso ainda não é nada em comparação com as vielas e os pátios que se desdobram por trás delas, e aos quais se chega somente por meio de estreitas passagens cobertas através das quais não passam nem duas pessoas uma ao lado da outra. É difícil imaginar a desordenada mistura das casas, que troça de toda urbanística racional, o amontoado, pois estão literalmente encostadas umas as outras, pois onde quer que houvesse um pedacinho de espaço entre as construções da época precedente, continuou-se a construir e a remendar, até tirar de entre as casas a última polegada de terra livre ainda suscetível de ser utilizada (ENGELS, 1845/1986. p. 56).

A cidade do século XIX, para Mumford, era o retrato dessa insalubridade e foi denominada por ele como “Coketown”, cidade do carvão<sup>2</sup>. “Coketown” eram cidades localizadas em regiões carboníferas da Inglaterra, que continham, além da degradação provocada pela indústria, outras características advindas dos efeitos das transformações capitalistas. O autor afirma que, “[...] até o século XIX, houve certo equilíbrio das atividades dentro da cidade” (MUMFORD, 1961/1998, p. 483). Essas atividades foram classificadas como o trabalho, a religião, as artes, as diversões e o comércio. Porém, com o crescimento do capitalismo, o comércio abarcava as outras atividades, a ponto de explodir na cidade do século XIX (MUMFORD, 1961/ 1998) (FIG. 3).

Figura 3 - Vista do ambiente degradado da “Coketown”, Manchester, 1870



Fonte: Coketown, 2013.

Lefebvre denominou a cidade do século XIX como “a cidade capitalista [...], lugar de consumo e consumo de lugar” (1975/1999b, p. 130). O professor e historiador Guido Zucconi aponta as inúmeras outras expressões pelas quais essas cidades também pudessem ser denominadas: “Cidade da Revolução Industrial”, “Cidade na Época da Expansão” ou “Cidade do Ciclo Haussmanniano”, cuja expansão e desenvolvimento urbanos, antes impulsionados pela demografia, passam a ser resultado da economia, especificamente, do capitalismo (ZUCCONI, 1980/2009, p.13). Já “Pós-liberal” é a denominação cunhada por Benevolo (1960/1998), para a cidade que surge a partir da segunda metade do século XIX, período quando a burguesia detentora da propriedade imobiliária estabelece um acordo com o Estado, que passa a intervir, a estabelecer regulamentos e a executar obras necessárias aos interesses

<sup>2</sup> Mumford adotou o nome Coketown baseado em artigos do escritor inglês Charles Dickens (1812-1870) – publicados em 1853. Para Dickens, Coketown era uma cidade com os tijolos escurecidos pela fumaça e pelas cinzas das chaminés. Nessa cidade, predominava a monotonia, em razão das casas e ruas serem iguais e as pessoas fazerem o mesmo trabalho e as mesmas coisas. O escritor contrapõe à vida na cidade industrial com os bens produzidos nas fábricas e seu destino final que eram destinados para os mais ricos (VANSPANCKEREN, 2013).

dos primeiros. Estabeleceu-se com isso a base para que o prefeito Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), assim, realizasse em Paris as paradigmáticas transformações urbanas na cidade. Benevolo (1963/1994, p. 113) revela, que Haussmann “[...] aproveita-se de uma emenda de 23 de maio de 1852, que permite a expropriação de terrenos para realização das obras não apenas através de uma lei, mas também através de uma deliberação do poder executivo”.

Portanto, conforme registros dos autores citados até agora, verifica-se que, ao longo do século XIX, houve a consolidação de todo um processo de mudanças no quadro econômico e também social das cidades. Foram mudanças que consolidaram o domínio do capitalismo.

Para Mumford, desde o princípio do século XIX, a cidade “[...] foi tratada não como uma instituição pública, mas como uma aventura comercial privada, a ser afeiçoada de qualquer modo que pudesse aumentar a rotatividade e fazer subirem mais ainda os valores dos terrenos” (MUMFORD, 1961/1998, p. 461). Em relação a esse processo de produção capitalista do espaço, cabe destacar a pergunta feita por Lefebvre: “Qual o preço disso? Não há números que exprimam. Por que meios? Ocupando o espaço, produzindo um espaço” (1973/2008, p. 21).

### **3. A REALIZAÇÃO DA (RE)PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO: O ESPAÇO ABSTRATO**

Nas publicações entre o final da década de 1960 e meados de 1970, Lefebvre expôs com mais vigor as contradições do espaço urbano resultantes do processo de expansão do capitalismo. Em 1968, publica o livro “O Direito à Cidade”, referência dos estudos contemporâneos sobre o espaço urbano, que é entendido como um direito inalienável à vida, possível por meio da construção da cidade mais voltada ao novo humanismo, mais próxima dos encontros, dos desencontros, dos desejos que se manifestam no espaço da urbanidade (LEFEBVRE, 1968/1991b). Neste livro, é nítida a crítica acerca das forças que produzem a segregação nas cidades, por meio do próprio sistema que impõe sobre a sociedade. O autor insiste, conforme referenciado na subseção anterior desta tese, que o domínio do valor de troca e a conseqüente disseminação da mercadoria pela industrialização vêm destruindo a cidade, bem como a realidade urbana, subordinando o uso aos imperativos da lógica capitalista. Lefebvre exemplifica que essas forças contribuíram para a expansão do que denominou como “tecido urbano”, ou seja, o conjunto das manifestações relativo ao

predomínio da cidade sobre o campo, tema explorado por outros autores, como Monte-Mór (2006).

Posteriormente, na tentativa de ampliar a compreensão dos efeitos do processo já referido, Lefebvre, no livro a “Revolução Urbana”, publicado em 1970, afirma que “o espaço e a política do espaço exprimem as relações sociais, mas reagem sobre elas” (LEFEBVRE, 1970/1999a, p. 26-27, grifo do autor). Percebe-se nessa afirmativa a preocupação de Lefebvre em desvelar o conteúdo ideológico do espaço socialmente produzido e também as reações relativas a esse próprio conteúdo, ideias que irá desenvolver em suas próximas publicações.

O pensamento de Lefebvre sobre o espaço e as relações sociais começa a ser mais fundamentado em outra publicação, “Espaço e Política”, de 1973. Afirma que, dentre diversas hipóteses, “o espaço social é um produto da sociedade, constatável e dependente, antes de tudo, da constatação, portanto, da descrição empírica antes de qualquer teorização” (LEFEBVRE, 1973/2008, p. 43). O autor relaciona o espaço e a sua produção; e ele ressalta a necessidade de se apoiar em experiências vividas, na observação de coisas, e não somente em métodos científicos. “A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria” (LEFEBVRE, 1973/2008, p. 62). Importante é que, ao ser produto, o espaço passa a incorporar a diversidade de objetos, tanto naturais quanto sociais. Estes “objetos” não são somente coisas, mas também relações, produtos da sociedade (LEFEBVRE, 1973/2008).

Lefebvre (1974/1991c) afirma que, se cada modo de produção produz seu espaço característico e dele se apropria, cada momento histórico tem como correspondente a formação de um espaço novo, que se sobrepõe ao anterior e apresenta características novas. Tal espaço seria formado a partir de um código comum a uma dada realidade social e que correspondesse às práticas e às representações características dessa sociedade.

Os estudos de Lefebvre (1970/1999a) e de Mumford (1961/1998) se convergem, ao revelarem que foi necessário estabelecer um espaço para proporcionar sustentabilidade ao avanço do capital nas cidades a partir do século XVII. Esse espaço, para Mumford, eclode na cidade industrial do século XIX. O espaço resultante do modo capitalista de produção, que corresponde às práticas e às representações da sociedade burocrática do consumo dirigido, foi denominado por Lefebvre como o espaço abstrato, “lugar e fonte de abstrações” (1974/1991c, p. 20, tradução do autor<sup>3</sup>). Nesse, o espaço é transformado em uma mercadoria, onde o valor de troca e as relações de consumo subordinam-se às formas e aos conteúdos do valor de uso.

---

<sup>3</sup> *Abstract space, place and source of abstractions.*

Sob este registro, o das relações capitalistas, a produção social do espaço tornou-se a busca incessante das abstrações representadas pelo dinheiro e pela mercadoria (LEFEBVRE, 1974/1991c).

Como apresentado por Lefebvre (1974/1991c, p. 50 - tradução do autor<sup>4</sup>), “a abstração nada tem de simples: ela não é transparente e não se reduz nem a uma lógica, nem a uma estratégia”. Essa abstração apoia-se em conglomerados capitalistas, ou seja, grandes unidades de produção que espacializam suas ideologias. Porém, também se constituem em espaços das grandes construções e até em redes de informação. “Nesse espaço, a cidade, berço da acumulação, lugar da riqueza, sujeito da história, centro do espaço histórico, explodiu” (LEFEBVRE, 1974/1991c, p. 53 - tradução do autor<sup>5</sup>).

O espaço abstrato, ao moldar as pessoas e os lugares à sua imagem, gera a homogeneização, eliminando, a um só tempo, de forma avassaladora, as diferenças e muitas das possibilidades de apropriação social. Situação que mantém as desigualdades socioespaciais e que se nutre de um desenvolvimento desigual. Segundo Lefebvre (1974/1991c, p. 49-50 - tradução do autor<sup>6</sup>):

O espaço abstrato funciona “objetivamente” como conjunto de coisas-signos, com suas relações formais: o vidro e a pedra, o cimento e o aço, os ângulos e as curvas, os cheios e os vazios. Esse espaço formal e quantificado nega as diferenças, as que provêm da natureza e do tempo (histórico), assim como as oriundas do corpo, idades, sexos, etnias. [...] Na prática espacial, a reprodução das relações sociais predomina. A representação do espaço, ligada ao saber como ao poder, reserva apenas um lugar mínimo aos espaços de representação, reduzidos às obras, às imagens, às lembranças, onde o conteúdo afastado (sensorial, sensual, sexual) aflora apenas o simbolismo.

O espaço abstrato da modernidade, a partir do momento em que as condições de salubridade das cidades atingem seu pronto crítico, passa a ser o resultado da ação combinada entre o mercado e o Estado. O objetivo do primeiro é primordialmente o lucro e o do segundo resulta na garantia do controle do solo, o que acaba por favorecer os objetivos do mercado.

---

<sup>4</sup> *It is not defined it being noticed. His abstraction is not simple: it is not transparent and not reducible neither logic nor a strategy.*

<sup>5</sup> *Within this space the town – once the forcing-house of accumulation, fountainhead of wealth and centre of historical space – has disintegrated.*

<sup>6</sup> *Abstract space functions ‘objectally’, as a set of things/signs and their formal relationships: glass and stone, concrete and steel, angles and curves, full and empty. Formal and quantitative, it erases distinctions, as much those which derive from nature and (historical) time as those which originate in the body (age, sex, ethnicity). [...] In spatial practice, the reproduction of social relations is predominant. The representation of space, in thrall to both knowledge and power, leaves only the narrowest leeway to representational spaces, which are limited to works, images and memories whose content, whether sensory, sensual or sexual, is so far displaced that it barely achieves symbolic force.*

Diversos regulamentos serão criados nas cidades dos séculos XIX e XX, visando a garantir esses objetivos (FIG. 6).

Figura 6 - Bairro inglês construído conforme os regulamentos londrinos de 1875



Fonte: Benevolo, 1963/1998, p. 577.

O objetivo de aproveitar ao máximo os limites regulamentares produz uma uniformidade obsessiva na produção da cidade. É um espaço, na visão lefebvriana, fragmentado, homogêneo e hierárquico, formado a partir de um conjunto de códigos comuns de uma dada realidade social e que corresponde às práticas e às representações características dessa sociedade (LEFEBVRE, 1974/1991c).

O espaço é fragmentado devido à ação do processo de mercantilização do espaço, que cria verdadeiros mosaicos urbanos de morfologias dispersas, com espaços ocupados, outros vazios, áreas com grande oferta de infraestrutura, outras, não; é homogêneo pela dominação que exerce, ao regular a sua ocupação, ora para a proteção, ora para a produção em massa; e é hierarquizado devido à divisão espacial do trabalho, por exemplo, a construção de conjuntos separados, próximos ou distantes das fábricas, para os operários e demais funcionários, de acordo com os interesses da produção capitalista. Carlos (2007, p. 27) afirma que “homogênea e fragmentada, a cidade revela, ainda, a hierarquização dos lugares e pessoas como articulação entre morfologias espacial e social e esta estratificação revela as formas da segregação urbana”. A fragmentação é uma das características mais evidente da organização espacial do mundo contemporâneo. Manifesta-se na quebra de espaço em unidades discretas que podem ser privatizadas e comercializadas como *commodities* e é reforçada pela fragmentação das ciências que esculpem o espaço de acordo com os interesses disciplinares (LEFEBVRE, 1974/1991c).

A fragmentação do espaço abstrato é uma tendência aparentemente contraditória da homogeneização. À primeira vista, a vida moderna apresenta uma extraordinária

diversidade de produtos e estilos de consumo. No entanto, como Lefebvre deixa claro: "espaço abstrato não é homogêneo, ele simplesmente tem homogeneidade como seu objetivo, a sua orientação, a sua lente" (LEFEBVRE, 1974/1991c, p. 287 – tradução do autor<sup>7</sup>). A abstração pode quebrar o espaço em fragmentos, mas também impõe uma lógica de locais e horários. A aplicação dos critérios de pura troca de espaço funciona como uma força homogeneizadora, que tem o poder para igualar as diversidades espaciais. A homogeneização refere-se à própria padronização da produção, não só de objetos, mas também de ideologias.

A união de espaços forçosamente fragmentados e homogeneizados revela a terceira tendência do espaço abstrato - a sua ordenação hierárquica como estratégia de uma classe, um poder tecnológico, administrativo e político. A posição de um espaço dentro da hierarquia é determinada pela sua posição na relação conflituosa entre centros e periferias, que se manifesta na distribuição de poder, riqueza, recursos e informações. Essa hierarquia entre centro e periferia não é o resultado aleatório. Mas, sim, segundo Lefebvre (1976/1978), é o produto de um processo de dominação. É nesse contexto que assume a importância o poder do Estado na construção do espaço abstrato e defesa de interesses de classes.

O espaço capitalista para Lefebvre (1970/1999a) passa a pertencer a estratégias de classes privilegiadas, que precisam do urbanismo para realizá-lo, submetendo todas as classes à Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido e à ideologia que oculta, através do consumo, dos conflitos da produção e reprodução do espaço. Para o autor:

Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano, percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. Existem conflitos inevitáveis entre esses dois aspectos, e notadamente entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido (LEFEBVRE, 1973/2008, p.57 – grifo do autor).

Conforme analisado “a planta em grade” referida por Mumford concretiza o espaço abstrato. “Tais planos não serviam para nada que não fosse uma pronta divisão da terra, uma pronta conversão comercial” (MUMFORD,1961/1998, p.459). Por isso, eram importantes os códigos urbanísticos uniformizadores, pois estes facilitavam o processo de

---

<sup>7</sup> *Abstract space is not homogeneous; it simply has homogeneity as its goal, its orientation, its lens.*

divisão e de venda das terras, como também incorporavam os avanços tecnológicos que permitiam agregar mais valor de uso às parcelas individuais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme analisado, à medida que a indústria, o capital e a burguesia passaram a ocupar e a dominar a cidade tradicional, ocorreu uma mudança nas práticas e no modo de vida urbano. Estas práticas carregam consigo outra racionalidade espacial, que descarta a urbanidade típica da cidade tradicional e procura reinventá-la na cidade capitalista. Um espaço para essas práticas torna-se indispensável, principalmente para o desenvolvimento da indústria e do capitalismo. Trata-se do espaço abstrato, denominação de Lefebvre, que será analisado na próxima subseção deste trabalho.

A análise dos discursos de Mumford e de Lefebvre, cada um em seu termo, permite que se desvele o avanço do capitalismo no espaço urbano. Porém, nos argumentos de Mumford, é percebida uma visão pessimista em relação ao futuro das cidades, com certa nostalgia pela perda do calor humano da cidade e uma grande preocupação relativa à perda da salubridade urbana e ao domínio da produção do espaço pelo capitalismo. Ambos os autores estabeleceram grande crítica ao espaço resultante das forças capitalistas nas cidades, porém a crítica de Lefebvre, desprovida de nostalgia, avançou na perspectiva de descortinar os reflexos dessa transformação na cotidianidade moderna. Na sua crítica, fica claro que o ponto crucial para o avanço do capitalismo, a transição definitiva do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, foi a conquista do poder político pela burguesia e o emprego do Estado em seu interesse.

O “escritor Mumford” (assim gostava de ser qualificado), ideologicamente ligado aos socialistas ingleses, percebeu e condenou a desumanização da cidade moderna e a mitologia da máquina e historiou, com precisão cronológica e postura crítica, o desenvolvimento urbano, desde a gênese das cidades, que denominou como a “cidade dos mortos”, até a cidade do século XX. Lefebvre, por sua vez, influenciado diretamente pelo marxismo, avançou mais na crítica das ideologias, descortinando as contradições no espaço e as estratégias de domínio e sobrevivência das classes mais privilegiadas. Ambos os autores, diferentes de Benevolo e Choay, preocupavam-se mais com o modo de vida da sociedade do que com a forma urbana.

Embora Mumford (1961/1998), ao descrever o espaço da cidade do século XVII ao XIX, não o denominasse como abstrato, percebe-se a semelhança das características dessa cidade apontadas por ele, com a crítica lefebvriana ao espaço abstrato. Na visão de Mumford a cidade capitalista passou a ser tratada, não como uma instituição pública, mas como uma aventura comercial privada. O espaço criado para dar suporte a essa aventura, o abstrato, serviu para consolidar o domínio do capital nas cidades na Europa e América, até os dias atuais.

## REFERÊNCIAS

- BENEVOLO, Leonardo [1960/1998]. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- BENEVOLO, Leonardo [1963/1994]. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Presença.
- CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo L. & SPOSITO, Maria Encarnação B. (orgs.) [2011]. *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. SP: Contexto.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri [2007]. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH.
- CHOAY, Françoise. [1965/1998]. *O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia*. São Paulo: Perspectiva.
- CHOAY, Françoise. [1970]. *City Planning in the XIXth Century*. New York: Brasiller.
- COKETOWN. [2013]. *Cidade de Londres*. Disciplina Teoria da Arte do curso de Arquitetura da Universidade Federal de Uberlândia. 1 fotografia. Disponível em: <<http://thaa2.wordpress.com/302/06/45/coketown>>. Acesso em: 24 ag. 2013.
- DEULCEUX, Sandrine; HESS, Remi. [2009]. *Henri Lefebvre – vie – oeuvres – concepts*. Paris: Ellipses.
- ENGELS, Friedrich [1845/1986]. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global.
- GEDDES, Patrick. [1915]. *Cities in Evolution - An introduction to the town planning movement and to the study of civics*. London: Williams & Norgate.
- HALL, Peter [1988/2011]. *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva.

- LEFEBVRE, Henri.[1968/1972]. *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid: Alianza Editorial.
- LEFEBVRE, Henri. [1968/1991a]. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática.
- LEFEBVRE, Henri [1968/1991b]. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes.
- LEFEBVRE, Henri [1970/1999a]. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- LEFEBVRE, Henri [1973/2008]. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- LEFEBVRE, H [1974/1991c]. *The production of space*. Oxford, OX, UK ; Cambridge, Mass.,USA: Blackwell.
- LEFEBVRE, Henri. [1974/2000]. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos.
- LEFEBVRE, Henri [1975/1999b]. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A.
- LEFEBVRE, Henri [1976/1978]. *The survival of capitalism: reproduction of the relations of production* (reprinted). London: Allison & Busby.
- MARTINS, Sérgio. [2000]. *O Urbanismo - Esse (Des) Conhecido Saber Político*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, n. 3, Outubro 2000.
- MERRIFIELD, Andy [2006]. *Henri Lefebvre: a critical introduction*. New York: Routledge.
- MILLER, Donald. [1989]. *Lewis Mumford: A Life*. New York: Weidenfeld & Nicolson, 1989
- MONTANER, Josep Maria. [2009]. *Sistemas arquitetônicos contemporâneos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo; CUNHA, Alexandre; CANUTO, Frederico; LINHARES, Lucas. [2003]. *O Terror Superposto – Uma Leitura Lefebvriana de Terrorismo na Sociedade Urbana Contemporânea*. IN: GOMES, Marco Aurélio A. de Figueira; ACSELRAD, Henri (eds.). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, v.05, n.02, 2003.
- MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. [2006]. *As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil*. In: DINIZ; CROCCO (Ed.). Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes. p. 61-85. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- MUMFORD, Lewis. [1961/1998]. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes.
- SOJA, Edward W. [1989/1993]. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- VANSPANCKEREN, Kathryn. [2013]. *Panomaram da Literatura dos EUA*. Brasília: Morisson, Embaixada americana. <<http://www.embaixada-americana.org.br/HTML/literatureinbrief/chapter03.htm>>. Acesso em: 24 jul.2013.

ZUCCONI, Guido [1980/2009]. *A cidade do Século XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2009.